

O ISEB: NOTAS À MARGEM DE UM DEBATE

BOLÍVAR LAMOUNIER

Os estudos e discussões que se têm feito sobre a ideologia nacional-desenvolvimentista parecem convergir na crítica segundo a qual o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), extinto em 1964, foi um dos grandes responsáveis, senão o grande responsável, por certa intoxicação ideológica, obscurecendo as possibilidades de organização e de atuação autônoma por parte da classe operária. Existem, entretanto, inúmeras maneiras de se dizer isto, cada uma implicando diferentes juízos a respeito do ISEB; e, mais que isso, em distintos entendimentos a respeito do que se passava no Brasil ao fim dos anos cinqüenta. O livro de Caio Navarro de Toledo, *ISEB: Fábrica de Ideologias*,* tem para mim o mérito de haver sistematizado uma das maneiras de se enunciar a referida tese, e conseqüentemente o de facilitar a busca de novos ângulos e matizes por parte daqueles, como é o meu caso, que julgam discenir algumas deficiências na maneira por ele escolhida.

Não pretendo fazer aqui uma discussão rente ao texto, tendo em vista não somente a ampla difusão do livro, como também o debate que em torno dele se estabeleceu na imprensa (notadamente no *Jornal do Brasil* e em *ISTO É*). Caio Navarro denuncia não só o *nacionalismo*, mas também o seu corolário, o *desenvolvimentismo*, que seria a ilusão de um desenvolvimento autônomo no âmbito do sistema capitalista. Até aí, como dizia, nada de mais, pois a contestação a estas idéias, ou pelo menos ao exagero algo lírico que se lhes havia dado, já se delineava na primeira metade dos anos sessenta, inclusive dentro do próprio ISEB.

A questão básica, a meu ver, é que a crítica segundo a qual o ISEB fazia mistificação ideológica *porque* sobrepunha a contradição

* Ed. Ática, São Paulo, 1977.

nação/antinação às contradições de classe, dando prioridade à primeira, ou mesmo absolutizando-a, esta crítica, como dizia, parece-me bem menos esclarecedora do que às vezes se imagina. Os que a sustentam, e este comentário é a meu ver aplicável ao livro de Caio Navarro, parecem partir de um simplismo: tudo o que se refira à categoria "nação" é ideologia, o que diz respeito às classes é a verdade, a crítica da ideologia. Elabora-se, por assim dizer, um dicionário, ou uma errata: onde se lia "povo", "nação", "desenvolvimento nacional", leia-se burguesia, ou mistificação burguesa, ou pequeno-burguesa. Aí, precisamente, é onde surgem os problemas, pois o elemento de mistificação que sem dúvida existia no nacionalismo achava-se em convívio ou em condomínio com outros elementos. O essencial, a meu ver, é apreender o significado e o alcance dessas ambigüidades, e para tanto duas coisas são necessárias: uma referência mais exata ao contexto político em que atuava o ISEB e o reestudo de alguns conceitos implícitos no trabalho de Caio Navarro.

Começando pelo primeiro ponto: não há dúvida de que o ISEB muitas vezes desautorizava, dado o exagero às vezes delirante de sua linguagem nacionalista, o grão de verdade que sua visão da conjuntura dos anos 50 poderia conter. Cabe entretanto ao pesquisador, se ele realmente pretende entender o período, reconstituir as relações (valha o chavão) entre os textos e o contexto. O estudo de Caio Navarro é uma competente reconstituição dos textos, mas falta-lhe, a meu ver, um enfrentamento apropriado com o contexto, ou seja, uma sensibilidade maior para o que eles significavam naquela época e naquela conjuntura. É bem verdade que o autor cautelosamente se exime dessa tarefa, em nome do rigor, mas eu antes diria que se trata, no caso, de uma particular concepção do rigor, se considerarmos que os textos não se revelam inteiramente sem uma referência à situação política e intelectual que os circundava.

Dou um exemplo. Uma das críticas feitas por Caio Navarro ao ISEB é a ausência de uma teoria das classes sociais. Esta, como escreveu Marilena Chauí em comentário publicado na revista *ISTO É* (n.º 54, 4/1/78), é substituída por uma mera "*setorialização das camadas sociais segundo o esquema do tradicional (parasitário) e do moderno (progressista)*". Refere-se mais adiante, presumivelmente a propósito do mesmo tema, à "*ausência permanente das análises empíricas substituídas por um dever que pouco deve ao real*", nos trabalhos do ISEB. Ora, não me parece que estas afirmações se sustentem sem maior discussão *à luz do que na época se fazia*, em matéria de pesquisa em ciências sociais, se é que se sustentam mesmo hoje. Se o que se pretende é estabelecer um confronto em abstrato

entre a “teoria das classes sociais” e a “setorialização das camadas sociais”, a afirmação é correta, embora evidentemente estéril. Se deixarmos de lado “a teoria das classes” em abstrato e perguntarmos o que é que se sabia, no Brasil, em meados dos anos cinqüenta, a partir das “análises empíricas”, a questão muda de figura. Basta lembrar, como recentemente lembrou Hélio Jaguaribe, o baixo grau de institucionalização da pesquisa em ciências sociais daquela época, para se ver que há neste julgamento uma cobrança algo exagerada e anacrônica. Fazia-se, é certo, “análise empírica” em alguns centros, notadamente em São Paulo. Mas é também certo que uma grande parte desse trabalho não passava de um raso empirismo monografista. Entre ele e a “setorialização das camadas sociais” feita pelo ISEB a partir de ensaios histórico-sociais (convém lembrar que a referida “setorialização” deve muito a uma tradição que remonta, pelo menos, a Alberto Torres e Sérgio Buarque, entre outros) e a partir de indicadores agregados sobre a estrutura social; entre o monografismo e a “setorialização”, como dizia, muito se pode dizer a favor da última.

Que abordagens, temas, ou mesmo métodos de pesquisa seriam menos ou mais “mistificadores”, há vinte ou trinta anos? Esta é a questão implícita nos juízos acima referidos e em muito do que se está fazendo neste momento a respeito da chamada “cultura brasileira”. O que se tem visto com mais freqüência é a projeção algo anacrônica de concepções *atuais* sobre o passado, como se se tratasse de medir a distância entre o que então se fazia e o que hoje se julga apropriado fazer. O resultado, como é óbvio, só pode ser uma má reflexão histórica, senão a sedimentação de novas mistificações. Caio Navarro, como sugeri anteriormente, não acompanhou de perto a relação entre os trabalhos do ISEB e o restante da produção intelectual e política dos anos 50, o que pode ter sido uma boa decisão, no atual estágio das pesquisas sobre o assunto; mas diz o suficiente, na questão da “setorialização das camadas sociais”, para deixar alguns leitores, como é o meu caso, com certa sensação de anacronismo.

Outro exemplo, e mais importante, diz respeito à própria significação política do nacionalismo. Embora não o diga com todas as letras, e embora inclusive assinala o fato de ter sido o instituto um dos primeiros atingidos pela repressão pós-1964 na área das ciências sociais, o livro de Caio Navarro inevitavelmente aguça o apetite daqueles que pretendem ver no ISEB um dos “causadores” do que veio depois. Fracassado o projeto isebrino, e assumido um “desenvolvimentismo” pelos governos posteriores a 1964, é fácil voltar e

ler nos textos do ISEB as mesmas virtualidades, o mesmo futuro, as mesmas conseqüências. Mas não haveria também aqui um efeito daquela conhecida tendência a ver as coisas *ex post facto* como iguais? Afinal, como mostrou Borges, os “precursores de Kafka” constituem uma linhagem milenar que remonta pelo menos a Zenão de Eléia. O livro de Caio Navarro não dá ao leitor um balizamento apropriado à reflexão sobre este tema, e a meu ver não o faz por duas razões. A primeira, para repisar o já dito, é a “tradução” dos conceitos de “nação”, “povo” etc., rentes ao discurso político no vocabulário das classes, da burguesia, da mistificação burguesa etc., *sem* uma indagação mais sistemática sobre o significado histórico e conjuntural daquele primeiro conjunto de termos. Ou, dizendo-o em termos mais caseiros: sem se perguntar se o “nacionalismo” merecia ou não a qualificação de “progressista” que freqüentemente se atribuía; ou, melhor ainda, quando a merecia, sob que aspectos a merecia, e assim por diante. Dizer, simplesmente, que o nacionalismo era uma mistificação é pelo menos tão superficial quanto adotar a posição oposta: a auto-imagem dos nacionalistas de esquerda. O mínimo que se requer, neste ponto, é o reconhecimento de uma questão em aberto, de algo a ser pensado e debatido. Quem quer que se lembre dos anos 50 há de saber que, para muitos, o jargão nacionalista significava justamente o oposto da alegada mistificação. Significava crítica ao *status quo*; significava tomada de consciência de inúmeros problemas, entre os quais o da desigualdade, quer ou não percebida em termos de estrutura de classes; e, sobretudo, significava abertura política, abertura de um espaço maior para a participação. Disse e repito: significava tudo isso *para muitos*. Não para todos. Sem dúvida havia também muitos para quem significava outras coisas, e junto a quem, por conseguinte, ele funcionava de fato como mistificação. O fato, para fazer uma analogia, de que hoje existam institutos oficiais de reforma agrária, e que esses institutos, sob esta designação, executem políticas que a muitos parecem o contrário de uma verdadeira reforma agrária não deve obscurecer o significado que estas duas palavras começavam a ter, ao final dos anos cinqüenta.

Se o descuido desse aspecto levou Caio de Toledo a uma crítica às vezes demasiado áspera ao ISEB, outras vezes deixou-o aquém do que se deveria esperar. Por exemplo: o ISEB jamais elaborou uma teoria satisfatória da organização e da representação política. A contrapartida do nacional-desenvolvimentismo no terreno propriamente político parece ter sido um populismo ou plebiscitarismo implícito. Este ponto é ainda mais surpreendente, ou, olhando sob outro ângulo, ainda mais revelador das ambigüidades intelectuais e

políticas do grupo e da situação política em que atuava, se considerarmos que alguns pontos de partida para uma tal teoria existiam na crítica feita por alguns de seus membros, notadamente Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, ao sistema partidário então vigente. Refiro-me aqui principalmente aos ensaios publicados na revista *CADERNOS do Nosso Tempo*, antes da constituição formal do ISEB. O que muitos críticos atuais vêem como obscurecimento ideológico dos problemas de organização política autônoma da classe operária, por exemplo, eu prefiro ver, nos trabalhos do ISEB, como um diagnóstico substantivo segundo o qual os setores "antinacionais" (a burguesia agrário-mercantil, a classe média parasitária etc.) estavam superorganizados, controlando inteiramente o Congresso Nacional e outros pontos estratégicos na estrutura de poder, e que o problema da organização se colocava para os débeis setores "progressistas" de maneira global, tornando imperativa uma ampla aliança entre eles e deles com o Poder Executivo. Creio, pessoalmente, que essa teoria era insuficiente. Muito possivelmente, uma análise mais detida revelaria, neste particular, precisamente uma acomodação implícita, ao sabor das lutas conjunturais, entre uma posição que se pretendia "progressista" e os supostos plebiscitários da velha tradição getulista. O que entretanto não me parece correto é desqualificar pura e simplesmente este diagnóstico isebiano, que, aliás, de modo algum se limitava ao ISEB. Não creio que ele possa ser desqualificado como simples obscurecimento, deliberado ou não, dos problemas que se antepunham à organização política dos trabalhadores.

Diria mesmo que esse conceito de "obscurecimento" se associa no mais das vezes a certa incapacidade de compreender que o mundo real da política impõe alianças e barganhas, explícitas ou tácitas, as quais sempre se refletem na linguagem teórica. Esta última reflexão servirá talvez para balizar o debate em um nível mais fundamental. As várias maneiras de ver o ISEB possivelmente se vinculam a diferentes concepções sobre a política e a ideologia. Existem aqueles para quem a única realidade são as classes, entendidas como decorrências diretas da organização da produção. Com esse ponto de partida, ou se chega à noção de que a "crítica à ideologia" (no singular) é a única coisa a ser feita, ou a uma concepção purista segundo a qual a "verdadeira" organização política não deve implicar alianças, não pode ocasionar participação no sistema político-institucional, nem, muito menos, tentativas de formular ideologias, no plural: ou seja, visões parciais, programas, bases para a convergência de interesses durante certo período e sob condições dadas. Talvez não seja exagero inferir tal concepção da análise apresentada

por Caio Navarro. Pelo menos, é o que sugere a seguinte passagem que, a propósito do mesmo livro, e pondo-se de acordo com ele, escreveu Marilena Chauí: “*O que surpreende quando se investiga a produção teórica do ISEB é o fato de que, em lugar de propor uma crítica da ideologia, seus mentores tenham o propósito de elaborar uma ideologia verídica e autêntica, como se tais adjetivos não fossem contraditórios para qualificar o substantivo*”. Ora, existem aqui duas questões distintas. Uma diz respeito à qualificação de “autêntica” ou “verídica”, que em parte se deve às fontes filosóficas do pensamento isebiano, aliás muito bem reconstituído no livro; e em parte a certos arrebatamentos de estilo, o que não vem ao caso tentar explicar neste momento. A outra questão chega a ser banal, eis que se refere pura e simplesmente ao sentido mais freqüente do termo ideologia no discurso político. Sim, o ISEB propunha-se a formular uma ideologia no sentido de programa, de um conjunto mais ou menos coerente de bases para a arregimentação de forças, para a formulação de políticas específicas, e assim por diante. Sabe-se o quanto era freqüente, naqueles tempos, a expressão “tal ou qual partido não tem ideologia”, o que equivalia à mais grave das acusações. Esta é aliás uma acepção privilegiada pela militância política marxista, a qual, como é óbvio, pretende ou julga basear-se numa conjunção permanente e adequada de teoria e prática. Lembro aqui estas trivialidades apenas porque elas ajudam a trazer para a superfície uma questão teórica de certa importância. Não consigo ver a atividade política como algo alimentado apenas pela “crítica da ideologia”, a menos que esta expressão compreenda também o aspecto *positivo* de articular para o debate necessidades difusamente sentidas, de formular propostas, de somar ou de alguma forma tornar congruentes diferentes propostas e interesses menos ou mais conflitantes. Numa escala maior, ou seja, ao nível de uma organização ou de um partido político, não é outro o perfil que as questões continuamente assumem, e portanto não vejo qualquer razão para se submeter tal conceito a uma execução sumária, como faz Marilena Chauí ao rotulá-lo de “ideologia entendida como guia prático”. Se retirarmos desta expressão o sabor jocoso, veremos que ela inclusive se compõe de duas noções razoavelmente densas quando se trata de refletir sobre a atividade política: a de *guia*, e a de algo que seja *prático*. Parece-me, portanto, em síntese, que o diagnóstico substantivo do ISEB, nas condições da década de cinquenta, pode ser questionado, e penso mesmo que ele possa conter mais equívocos do que acertos. O que não me parece correto é pensar que a atividade a que o ISEB se propôs, de encontrar e definir um terreno de aliança política, seja em si mesma ilegítima.